

# Prefácio

O trabalho que agora se publica tem a sua origem numa dissertação, realizada no âmbito do Mestrado em Teorias da Arte da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, com o título *A Arte Pública e os Novos Desafios das Intervenções no Espaço Urbano*, que tive o gosto de orientar.

O seu autor, José Pedro Regatão, é um jovem escultor licenciado pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, que, ao longo da parte curricular, se mostrou sempre um aluno atento e exigente consigo próprio, com boas capacidades de investigação.

O tema escolhido para investigação – Arte Pública – pode dizer-se que é um dos tópicos do momento na discussão teórica em volta das artes, envolvendo também questões de arquitectura e urbanismo, e até de direito e economia.

A Arte Pública sucede à escultura monumental que do Império Romano transitou para o Renascimento e acompanhou a centralização do poder real, culminando na solução das Praças Reais dominadas por uma estátua real, que marcaram a Europa absolutista dos séculos XVII e XVIII e cujo último representante notável é Pedro, o Grande, de Falconet, em S. Petersburgo.

O século XIX e grande parte do século XX continuaram marcados por monumentos públicos e urbanos, que podiam comemorar personalidades políticas, ou figuras notáveis da história e da literatura nacionais, mas também regimes, como a República, acontecimentos históricos, como a Restauração, ou outros.

O monumento tradicional caracterizava-se pela combinação de um elemento arquitectónico, o pedestal, com uma estátua ou conjunto de estátuas. Casos houve

em que o pedestal foi substituído por uma coluna, no cimo da qual se ergue a estátua, normalmente pedestre.

A carga simbólica de que estes monumentos são portadores é bem evidente quando mudam os regimes e as estátuas são retiradas dos locais públicos (como aconteceu com Salazar) ou são mesmo derrubadas violentamente, como aconteceu no Iraque com Sadham Hussein. Se a figura política cai, o facto de a estátua continuar parece dar-lhe poder, pelo que deve também ser abatida. O primeiro caso notável foi o derrube da Coluna Vendôme durante a Comuna de Paris, que significou o derrubar do poder da burguesia instaurado por Napoleão.

A ruptura com este modelo de escultura monumental foi lenta, sendo iniciada por Rodin com os seus *Bourgeois de Calais*, ainda um monumento histórico e comemorativo, mas a que se retirou o pedestal, aproximando as figuras do público.

Uma outra atitude bem diferente é aquela que traz a escultura para o meio do público, continuando o processo de homenagem, mas agora eternizando a presença da figura num local por ela frequentado, como Fernando Pessoa na esplanada de A Brasileira, obra de Lagoa Henriques.

Outra versão da escultura pública é a que cria formas de intervenção em espaços públicos, normalmente de ar livre, como praças ou jardins. Assim surgem formas que podemos considerar abstractas ou figurativas, comemorativas ou não, perenes ou efémeras, esculturas, azulejos, intervenções que podem misturar-se ambigualmente com o *design* porque participam de uma funcionalidade, ou simplesmente definem um espaço de lazer ou um jardim, aproximando-se da *land art* (Fernanda Fragateiro nas «ondas» da Expo).

A Arte Pública é pois um tema polémico pela sua abrangência urbana, pelos locais onde surge: públicos, porque frequentados diariamente por milhares de pessoas, como as estações do Metro; mas privados, porque pertencem a uma empresa e porque para ter acesso a alguns dos exemplares é mesmo preciso pagar um título de transporte.

Pública também porque feita com intervenção da comunidade, como aconteceu com «Lisboa Capital do Nada», ou pública, porque imposta a essa comunidade pelos poderes políticos e económicos, sem qualquer intervenção daqueles que a vão usufruir, cruzando-se diariamente com ela.

Não há dúvida de que a Arte Pública transforma as cidades, torna os espaços mais agradáveis, permite o acesso à arte a todos os que normalmente não visitam museus ou exposições.

De todas estas questões, abordadas a partir de uma extensa bibliografia, trata a obra de José Pedro Regatão que agora se publica, abordando em especial duas situa-

ções opostas, como as obras de Arte Pública que surgiram no local da Expo'98, ou o caso bem diferente de «Lisboa Capital do Nada».

Temos a certeza de que muitas outras obras vão surgir, abordando o tema noutras perspectivas, mas esta é, em Portugal, uma das primeiras que debate a questão teórica e esse é também um dos seus méritos.

MARGARIDA CALADO

Abril de 2007